



Dyogo Oliveira, presidente da Confederação Nacional das Seguradoras

Crédito: divulgação CNseg

Hoje pela manhã, durante apresentação no segundo e último dia do LC Summit, evento realizado pela Lojacorr no Centro de Eventos Positivo, em Curitiba, o presidente da CNseg (Confederação Nacional das Seguradoras), Dyogo Oliveira, fez considerações acerca da representatividade da indústria seguradora para a economia nacional e os motivos que impedem seu crescimento.

“Temos reservas elevadas, câmbio flutuante, política monetária, tesouro independentes e inflação baixa. E por que o Brasil não decola? Acredito que a percepção de risco do Brasil é muito elevada e atrapalha o desenvolvimento do país. Mesmo assim, o setor de seguros cresceu incessantemente acima do PIB. Mas nosso mercado é ligado a economia e a renda. Quanto mais o Brasil crescer, mais o setor cresce.”

Os corretores participantes do evento, que teve como tema “Seguros por uma perspectiva inovadora”, também puderam saber mais sobre o PDMS (Plano de Desenvolvimento do Mercado de Seguros, Previdência Aberta, Saúde Suplementar e Capitalização) que tem como objetivo aumentar a parcela da população atendida pelos diversos produtos do mercado de seguros, previdência aberta, saúde suplementar e capitalização em 20% e elevar o pagamento de indenizações, benefícios, sorteios, resgates e despesas médicas e odontológicas dos atuais 4,6% para 6,5% do PIB nacional em 7 anos.

“Temos de falar português simplificado com o público que está fora do setor de seguros, que compõem 70% da população, ou 160 milhões. Não temos produtos, não temos marketing para eles. Não falamos a língua deles. Eles não sabem o que é sinistro. E precisamos mudar para conquistá-los”, enfatizou.

Dyogo também conta que o PDMS foi criado com olhos no cliente e não no corretor ou na seguradora. O estudo avalia os riscos e estimula o crescimento dos seguros mesmo diante de uma economia oscilante como nas últimas décadas, levando em consideração as mudanças de hábitos de consumo que a tecnologia impõe.

Ao todo, são 65 iniciativas divididas em quatro eixos: desenvolvimento da imagem do setor junto aos consumidores, qualificação e desenvolvimento dos canais de distribuição, aperfeiçoamento, modernização e lançamento de produtos e melhor eficiência regulatória, especialmente no desenvolvimento do mercado para o Open Insurance, plataforma aberta de seguros.

O documento também traz informações sobre a contribuição do setor para o desenvolvimento socioeconômico do país e para a ampliação da poupança nacional. A indústria de seguros representa, hoje, 6,6% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, e a projeção é ter uma participação de 10% até 2030.

Em sua participação, Dyogo também destaca que o PDMS traz sugestões de propostas de flexibilização de produtos de saúde para 70 milhões de brasileiros que ganham até dois salários mínimos, bem como conversas com a Receita Federal para ter incentivos para produtos de acumulação de renda, conhecido como Universal Life.

Além disso, de acordo com o presidente da CNseg, a agenda institucional do setor trata sobre ações para melhoria do ambiente regulatório e pautas legislativas prioritárias para a indústria, com temas como relações de consumo, ASG (ambiental, social e governança), seguro de catástrofes, DPVAT, seguros de pessoas e previdência como instrumentos de garantia e o novo Marco Regulatório da Saúde Suplementar.

Segundo a CNseg, são proposições que sugerem alterações legislativas e novas regras para o setor, que tem importância histórica na economia nacional. Quanto mais amplo e urgente for o debate sobre a legislação do setor, mais protegidos estarão os cidadãos, as empresas e os governos federal, estaduais e municipais.

Dyogo também trouxe números do Paraná, estado que acompanha a média nacional de crescimento do seguro. Em termos de participação é o quinto maior estado em arrecadação, sendo São Paulo com 40%. “No primeiro trimestre, o Paraná mostrou uma redução de vendas, especialmente no seguro de pessoas. Este é um grande desafio, pois produtos de pessoas são importantes para termos uma sociedade forte”, conclui.

Fonte: CNseg, em 02.06.2023.